

ÀO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO ELETRÔNICO 026/2024

A EMPRESA - NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.850.311/0001-78, com sede na Rua Humberto Moacir Schenna nº 444, no Município de Ibaiti, Estado do Paraná, CEP 84900-000, representada na forma de seus atos constitutivos por seu sócio administrador Senhor **CRISTIANO PARRA VIEIRA**, brasileiro, empresário, portador da CI-RG nº 9.046.826-0, inscrito no CPF sob o nº 055.174.029-92, residente e domiciliado a Rua Dr. Euclides Monteiro nº 901, Centro, no Município de Ibaiti, Estado do Paraná, vem, respeitosamente, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Inicialmente para melhor compreensão da, temos de esclarecer que o edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. O EDITAL é LEI que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame Público, o Pregão ELETRÔNICO não lhe dá o direito da empresa de interpretar o edital da forma que lhe convém, a empresa vencedora e tendo assim obtendo vantagem no Pregão.

**DOCUMENTOS EM DESCONFORMIDADE APRESENTADOS PELA EMPRESA SUL SC
EVENTOS LTDA – 46.987.678/0001-57**

a) DO ÍNDICE FINANCEIRO APRESENTADO

Em matéria de qualificação econômico-financeira, a Lei nº 14.133/2021 programou poucas e pontuais alterações. O exame atento das disposições contidas no art. 69, da Lei nº 14.133/2021, permite afirmar que, a despeito de algumas pequenas modificações, a racionalidade por trás das exigências outrora demandadas pela Lei nº 8.666/1993 foi integralmente mantida pelo regime instituído pela nova Lei de Licitações.

Assim como fazia o regime da Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 14.133/2021 concebeu a qualificação técnica como a etapa da habilitação dirigida a permitir que os licitantes demonstrem possuir saúde e higidez econômicas mínimas para assumir os encargos decorrentes da contratação licitada. E mais, a metodologia estabelecida para a aferição dessa condição financeira mínima, amparada quase que exclusivamente no exame dos instrumentos contábeis elaborados pelos licitantes, que formava a tônica da questão na Lei nº 8.666/1993, também foi mantido na nova Lei.

Por esse motivo, o tema tem recebido sensíveis críticas por parte dos doutrinadores e dos agentes que atuam mais próximos das licitações e dos contratos públicos.

Muitos afirmam que o modo estabelecido para aferir a qualificação econômico-financeira dos licitantes era de pouca utilidade prática e de baixíssima efetividade, na medida em que a experiência havia demonstrado que muitos licitantes com excelentes resultados contábeis demonstravam não possuir capacidade econômica para executar as prestações contratuais, o que, em muitos casos, justificava rescisões e, com isso, a perda da eficiência administrativa.

Diante disso, sustentam que a manutenção, pelo novo regime, da metodologia consagrada pelo regime anterior para a demonstração da qualificação econômico-financeira, representa não apenas um retrocesso como a perda de uma relevante e importante oportunidade para construir um mecanismo que conferisse mais efetividade para o exame dessa relevante etapa da habilitação.

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I – balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

VEJAMOS, que a empresa não cumpriu com as exigências editalícias. CONFORME EDITAL

A comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL EM LONGO PRAZO}} > 1,00 \leftarrow$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL EM LONGO PRAZO}} > 1,00 \leftarrow$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} > 1,00$$

OQUE A EMPRESA APRESENTOU - 2022

ILG= Índices de liquidez Geral =

Ativo Circulante + Ativo não circulante	150.000,00	150.000,00
Passivo Circulante + Passivo não circulante	0,00	\leftarrow

ILC= Índice Liquidez Corrente=

Ativo Circulante	150.000,00	150.000,00
Passivo Circulante	0,00	\leftarrow

ISG = Índice de Solvência Geral

Ativo Total	150.000,00	150.000,00
Passivo Circulante + Passivo não circulante	0,00	\leftarrow

OQUE A EMPRESA APRESENTOU – 2023

ILG= Índices de liquidez Geral =

Ativo Circulante + Ativo não circulante	150.390,94	833,56
Passivo Circulante + Passivo não circulante	180,42	

ILC= Índice Liquidez Corrente=

Ativo Circulante	150.390,94	833,56
Passivo Circulante	180,42	

ISG =Índice de Solvência Geral

Ativo Total	150.390,94	833,56
Passivo Circulante + Passivo não circulante	180,42	

SOLICITAMOS, um **PARECER** contábil do município, assinado, para comprovações dos índices financeiros e dos balanços apresentados. Pois está em desconformidade pela empresa “habilitada”

b) CERTIDÃO FALENCIA E CONCORDATA

NOVAMENTE, VEJAMOS O ERRO IMCABIVEL PELA EMPRESA HABILITADA

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

i) **Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial** (sendo a sede da empresa licitante no Estado de Santa Catarina, deverá emitir a certidão conjunta do Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme nova resolução, disponível no site: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>).

Foi **ANEXO PELA EMPRESA SOMENTE A DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, da sede da empresa não foi anexa.



Número do pedido: 1944341
FOLHA: 1 / 1

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 1944341
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: SUL SC EVENTOS LTDA

Raiz do CNPJ: 46.984.678

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : HERVAL D'OESTE

Endereço da sede : TREZE DE MAIO NOSSA SENHORA DE FATIMA

Certidão emitida às 00:16 de 26/03/2024.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.

Da sede da empresa, que seria de HERVAL D' OESTE, NÃO ANEXO

II – CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE
FALÊNCIA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA
SEDE DO LICITANTE. CONFORME LEI 14.133 DE
2021

Conforme os fatos argumentados apresentados neste recurso administrativo, solicitamos como lúdima justiça que:

- A peça recursal da recorrente seja DEFERIDA integralmente por falta de fundamentação legal, que seja observada a má fé da recorrente em fraudar o processo licitatório utilizando de argumentos mentirosos.
- Seja REVERTIDA a decisão do Douto Pregoeiro, declarando como inabilitada a EMPRESA SUL SC EVENTOS LTDA.
- Caso o Douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS, que com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002, C/C Art 109, III, parágrafo 4º da Lei 14.133 de 2021, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação da autoridade superior competente.

NOS TERMOS PEDIMOS O DEFERIMENTO

Ibaiti - PR, 27 de maio de 2024.

NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

CNPJ sob nº 19.850.311/0001-78

CRISTIANO PARRA VIEIRA

